


Formação de professores indígenas como políticas públicas: uma análise das produções realizadas 2015 a 2019

Maria do Socorro Sales Sfairⁱ 

Secretaria de Educação do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil

Norma Dias dos Santos Barrosⁱⁱ 

Secretaria de Educação do Estado do Amapá, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

Objetiva-se analisar as produções científicas que abordam a formação de professores indígenas como políticas públicas no cenário educacional brasileiro, publicadas no período de 2015-2019. Adotou-se o método sistemático de revisão bibliográfica, sendo estudo do tipo descritivo, de abordagem qualitativa (GIL, 2008), bem como a pesquisa do tipo Estado da Questão (Nóbrega-Therrien e Therrien (2004). Foram estudos publicados nos anos 2015-2019, considerando o avanço nas pesquisas das bases de dados da Plataforma da Capes. Os resultados abordam aspectos conceituais, legais e políticas públicas da Educação Escolar Indígena e Formação de Professores. As discussões revelam significativo aumento na formação do professor indígena.

Palavras-chave: Formação de professores indígenas. Estado da questão. Políticas públicas. Educação escolar indígena.

Indigenous teacher training as public policies: an analysis of the productions carried out from 2015 to 2019

Abstract

The objective is to analyze the scientific productions that address the training of indigenous teachers as public policies in the Brazilian educational scenario, published in the period 2015-2019. The systematic method of bibliographic review was adopted, being a descriptive study, with a qualitative approach (GIL, 2008), as well as the State of the Question type research (Nóbrega-Therrien and Therrien (2004). These were studies published in the years 2015 -2019, considering the progress in the researches of the Capes Platform databases. The results address conceptual, legal and public policy aspects of Indigenous School Education and Teacher Education. The discussions reveal a significant increase in the training of indigenous teachers.

Keywords: Indigenous teacher training. State of the matter. Public policy. Indigenous school education.



1 Introdução

2

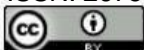
É notório observar que nas últimas décadas as políticas educacionais voltadas para a educação escolar indígena registram-se avanços significativos. A Constituição Federativa do Brasil de 1988, desencadeou um período inovador nas interrelações entre os povos indígenas e o Estado Nacional em direção ao reconhecimento e valorização da diversidade social indígena.

Para atribuir mais profundidade a essa política em nível nacional, buscando atribuir maior importância a nossa Constituição Federal a portaria Interministerial do Ministério da Justiça nº 559/91, passou a dar maior relevância a algumas questões fundamentais para garantir a oferta de Educação Escolar Indígena de qualidade, que seja diferenciada, laica e marcada pelo bilinguismo; além de se proceder a criação e funcionamento de órgãos e instituições que possam gerir e acompanhar desta modalidade de ensino, com o alocamento de recursos financeiros, capacitação e formação de professores; garantias de continuação dos estudos em escolas comuns quando este não estiver disponível nas escolas indígenas; garantia de acesso ao material didático específico, isonomia salarial entre professores índios e não índios e determinação da revisão da imagem do índio, historicamente diferente, com a consequente divulgação nas redes de ensino.

No artigo 210 § 2º assegura-se aos agrupamentos indígenas que seja utilizada sua língua materna e o desenvolvimento de procedimentos específicos de ensino e aprendizagem.

No art. 231 é reconhecido o direito a sua organização social, costumes, línguas e tradições e os direitos originários sobre as Terras tradicionalmente ocupadas, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Desse modo, compreende-se que o direito a uma educação diferenciada e diversificada tem fundamento na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), onde se especifica alguns princípios vitais para que o indígena participe plenamente do processo de ensino e aprendizagem, o que inclui a diversidade de concepções e ideias pedagógicas e a valorização do professor responsável por essa





modalidade de ensino, buscando-se, sempre ter como base a experiência fora da escola, dentro das sociedades indígenas e não indígenas. No artigo 62 da LDB 9394/1996, determina que sejam feitos investimentos que possibilitem a formação, em nível médio e superior, dos professores indígenas.

Dessa forma, compreende-se que os princípios básicos para o desenvolvimento e efetivação da Educação Indígena se assentam em aspectos como a multiplicidade de concepções pedagógicas que auxiliem a criar uma visão mais ampla de mundo, buscando-se valorizar o exercício da docência e, simultaneamente, trazer para o espaço da sala de aula as experiências práticas dos nativos e associá-las as teorias vigentes no contexto científico.

Especificamente, em relação ao projeto de formação de professores indígenas, observa-se que suas bases legais se fixam na Constituição Federativa do Brasil de 1988, a qual representou um marco na conquista de um conjunto de direitos das sociedades indígenas fundamentada na concepção da diversidade cultural tão característica do povo brasileiro.

A esse respeito, a portaria 559/91, no art. 7º, determina que sejam “mantidos e executados programas de formação capacitação e especialização de recursos humanos para o desenvolvimento da educação escolar indígena (...)” Isso torna claro que a formação inicial e continuada é um requisito primordial para aqueles que desejam atuar na educação indígena e promovê-la em suas particularidades, efetivando a condição cidadã dos povos indígenas em território brasileiro.

O artigo 8º aponta as características específicas que devem ser considerados no processo de reconhecimento das escolas indígenas, entre elas a criação de “materiais de didáticos para o ensino bilíngue, preferencialmente elaborados pelas próprias comunidades indígenas, com conteúdo adequados às especificidades sócio-culturais e a aquisição de conhecimento universal” e a consideração de conteúdos curriculares, calendários, metodologias e avaliação adequadas à realidade sociocultural de cada grupo étnico. Novamente, percebe-se que essas interfaces próprias do segmento social indígena





devem ser reforçadas e aprofundadas para que a autonomia dos povos indígenas seja devidamente apreciada.

É importante mencionar que no Decreto 1.904/96 que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos, estabelece como uma das prioridades da ação governamental “assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural”. Em termos práticos, a educação escolar indígena deve ser baseada na valorização da realidade desses povos, uma vez que seus respectivos agrupamentos possuem diferentes variedades nos costumes e tradições (COLLING, 2018).

Nos artigos 78 e 79, da Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinam os objetivos do desenvolvimento de “programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas”.

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências.

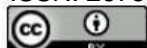
II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais comunidades indígenas.

De acordo com artigo 79, no segundo parágrafo, esses programas deverão:

Fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena, manter programas de formação pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas, desenvolver currículos e programas específicos. Neles incluídos conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Esses programas são fundamentais para que a educação indígena seja promovida de forma frequente, visando sempre a valorização das características e particularidades de cada etnia tanto em termos sociais, quanto culturais. Por isso, o material didático e as metodologias utilizadas devem se basear na realidade do indígena e nas formas diferenciadas de aprender (FONSECA, 2002).

No que tange a regulamentação evidenciada pela Constituição Federal e a LDB, também o Conselho Nacional de Educação, utilizando-se do Parecer CNE/CEB nº 14/99



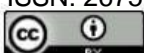


e da Resolução CNE/CEB nº 3/99, efetivou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, onde ocorreu a identificação adequada para a definição e conceito da Educação Escolar Indígena, a partir de sua categorização, buscando definir a forma como esta seria administrada, a maneira como a formação de professores deveria ser estruturada, a matriz curricular e a flexibilização dos requisitos para que ocorresse o trabalho didático e pedagógico nas escolas que abrigam a Educação Indígena (JANGARELI, 2018).

O direito das comunidades indígenas de participarem ativamente da elaboração e implementação de políticas públicas a elas dirigidas e de serem ouvidas por meio de consultas livres, prévias e informadas nos projetos ou medidas legais que as atinjam direta ou indiretamente, de acordo com a recomendação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, coaduna-se com os preceitos que regulamentam o direito a educação escolar diferenciada. Poder decidir e participar no processo de elaboração e implementação de projetos escolares é expressão das novas relações e diálogos estabelecidos entre povos indígenas e Estado Nacional (VASCONCELOS, 2020).

O presente artigo é um estudo de revisão para elaboração do Estado da Questão. Sustentada em uma pesquisa do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa publicados no período de 2015-2019, em periódicos nacionais ou internacionais qualificados, neste caso disponível na Plataforma da Capes, que objetivou analisar as produções científicas, em relação as políticas de formação de professores indígenas a fim de nos apropriar das publicações acerca da temática proposta. Também realizamos um levantamento das legislações vigentes.

Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de levantamento das referências teóricas já estudadas e analisadas, publicadas tanto por meio escrito como eletrônico, como os artigos científicos e os sites. Mais especificamente, busca-se apresentar o Estado da Questão (EQ) a respeito da temática “formação de Professores Indígenas como Políticas Públicas”.





No que diz respeito ao propósito desta metodologia de pesquisa, esta tem por finalidade “levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”. (NÓBREGA -TERRIEN; TERRIEN, 2004, p,02).

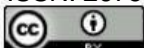
Ressaltando que abordagem qualitativa exige um estudo amplo do objeto de pesquisa, tornando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence, tem-se demonstrado o importante papel de estudo do Estado da Questão com a abordagem da pesquisa qualitativa.

Nóbrega -Therrien e Therrien (2004), ressaltam que esse momento irá resultar na definição do objeto específico de investigação, ou seja, resulta na delimitação do tema da pesquisa, considerando o processo de organização do EQ.

2 Metodologia

Para delineamento do objeto de estudo, julgou-se necessário realizar uma pesquisa de caráter bibliográfico amparada metodologicamente no EQ (NÓBREGA-TERRIEN; TERRIEN, 2010) para tornar possível o levantamento de estudos concernentes à temática formação de professores indígenas como políticas públicas. Portanto, a elaboração do EQ lança luz a uma investigação que toma como ponto de partida as produções e os conhecimentos que estudiosos têm formulado sobre uma temática específica no decorrer de 2015-2019. Este interstício de tempo justifica-se, pois, o interesse é tornar disponível os estudos mais atualizados sobre a temática de modo a proporcionar aos pesquisadores dados bibliográficos relevantes e que possam ser utilizados para o aprofundamento e ampliação de estudos posteriores.

A priori, para a construção do EQ da presente pesquisa foram consideradas as produções na base de dados, a BDTD da Capes. A base foi selecionada por proporcionar acesso gratuito a estudos atuais possivelmente com boa qualidade científica, uma vez que a BDTD se compõe de teses e dissertações oriundas de



pesquisas mais complexas realizadas em programas de pós-graduação reconhecidos pela Capes e aprovadas por comissão de avaliação.

Desse modo, os objetos de estudo foram dissertações e teses disponíveis na supracitada base eletrônica publicados entre 2015 - 2019, localizados inicialmente pelo descritor “formação de professores”, sendo posteriormente refinada a busca com “formação de professores indígenas”. A consulta à base de dados foi desenvolvida no período de 07 a 11/07 de 2021. Decidiu-se pela realização da pesquisa na base de dados; Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BDTD/Capes).

Focou-se a busca na plataforma de periódicos da Capes. Ao pesquisar o descritor “formação de professores indígenas”, foram apresentadas 43 produções. Na sequência, nova filtragem descartando 37 produtos por motivo dos aspectos abordados não estarem de acordo com a temática. Destes foram selecionados 05 produtos para a constituição do EQ, sendo 02 teses e 03 dissertações considerados pertinentes para análise. Adiante têm-se as informações sobre os estudos considerados para o EQ separados pelas bases de dados.

Quadro 1 – Dissertações e Teses – BDTD/Capes

Nº	Título	Autores	Ano/Instituição
1	A Formação de Professores Indígenas na Universidades do Estado do Amazonas: Avanços e Desafios.	Bettiol, Célia Aparecida	Tese – 2017 - Universidade Estadual Paulista
2	A Formação de Professores Guarani e Kaiawá no território etnoeducacional Cone Sul: políticas públicas fortalecendo as escolas indígenas	Souza, Iane de	Dissertação – 2017 – Universidade Federal da Grande Dourados
3	Análise da formação de professores indígenas em uma escola Kaingang	Colling, Adriana	Dissertação – 2018 – Universidade Federal da Fronteira Sul
4	Políticas Públicas de educação escolar indígena e a formação de professores indígenas no Acre	Silva, José Alessandro Cândido da	Tese – 2015 - Universidade Federal do Paraná
5	A Formação e Contratação de Professores Índios e Indigenistas no Município de Guará	Jangarelli, Silvana Cafa	Dissertação – 2018 – Universidade do Oeste Paulista

Fonte: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>



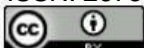
3 Resultados e Discussão

8 O Quadro mostra os resultados e análise técnica da pesquisa, buscamos perceber as referências de cada autor. A princípio foi relevante, os pesquisadores deixaram expresso qual etnia indígena era foco de sua pesquisa. Portanto, mesmo que algumas pesquisas não trabalharam com etnias específicas, mais de modo geral, os pesquisadores tomaram o cuidado de mencionar ou descrever o local de morada dos sujeitos da investigação.

Os pesquisadores relatam a importância de uma educação indígena de qualidade. Entretanto, para que isso aconteça na prática é de fundamental importância que os mesmos se qualifiquem, reiterando sempre a necessidade de valorização dos saberes tradicionais. Nesse sentido, deve-se atribuir destaque a capacitação progressiva e contínua desses professores para a elaborar currículos e programas específicos para as escolas indígenas e a construção de materiais didático-pedagógicos específicos para atender esses alunos, resgatando assim suas culturas, bem como a forma de preservação da identidade (BETTIOL, 2017; SOUZA, 2017; COLLING, 2018; SILVA, 2015; JANGARELLI, 2018).

O primeiro trabalho, tese de Doutorado “Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública”; de autoria de Célia Aparecida Bettiol (2017), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista, teve como objetivo “compreender a proposta de formação de professores indígenas ofertados pela Universidade do Estado do Amazonas.

A pesquisa de Bettiol (2017), por exemplo, evidência, que apesar de todo amparo legal que assegura a educação escolar própria, específica e diferenciada, a aprovação de leis não garante a efetivação deste direito, conforme mostram os dados das escolas indígenas no Censo escolar de 2014. No caso da formação de professores indígenas, as poucas experiências e seu caráter recente revelam que esta é uma área que precisa de investimento e de consolidação como política institucional.



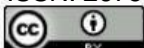


Dessa maneira nota-se a importância da realização de cursos para que os docentes não índios possam conhecer um pouco da cultura e especificidade dos povos aos quais estarão em contato. Contudo, faz-se importante refletir se esses cursos habilitam esses profissionais para trabalhar dentro da realidade indígena, e se o mesmo oferece ainda suporte para que esses docentes possam compreender e respeitar as especificidades inerentes às comunidades indígenas e desenvolvam o seu trabalho de forma contextualizada a essa realidade. Já que, de acordo com os docentes entrevistados, o curso é ofertado apenas antes da entrada em área indígena, havendo necessidade de se promover a abordagem desses conhecimentos de forma contínua e não esporadicamente, como vem acontecendo (VASCONCELOS, 2020).

Como a maioria dos professores não índios não domina a língua indígena da comunidade, criam-se barreiras na convivência e socialização com o povo, além do mais a cultura, modos, tradições dos índios diferem-se da cultura não índia e por mais que os professores não índios participem de cursos preparatórios para atuarem nas aldeias indígenas, esse choque de culturas acontece. Nesse contexto o professor não índio necessita saber lidar com as diferenças, o que muitas vezes não é um processo muito simples para eles (COLLING, 2018).

O segundo trabalho, é uma dissertação “ A Formação de Professores Guanari e Kaiowá no território etnoeducacional Cone Sul; política públicas fortalecendo as escolas indígenas”; de autoria de lane de Souza (2018), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, teve como objetivo “produzir a etnografia da construção dos Cursos de Magistério Ára Verá e Licenciatura Intercultural Teko Arandu e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação á Docência – Diversidade PIBID D. Conforme foi explicitado pela autora, as políticas de formação docente tem buscado encontrar soluções para situações ainda necessitadas de regulamentação ou, em outras direções, buscam ajustar ou “endireitar” o que não está adequado.

Enquanto isso, o que se vê ainda hoje é um longo e continuado processo de desvalorização do professorado, tanto pelos governos quanto pela própria sociedade, o





que reflete diretamente na falta de prestígio da profissão docente, nos baixos salários, na crescente evasão e rotatividade de docentes titulados, onde se abre espaço para a contratação de professores leigos sem a devida formação em muitas regiões brasileiras (VASCONCELOS, 2020).

Aos professores não índios os principais desafios são a diferença de cultura, de modo de vida, de linguagem e também a questão da formação adequada, voltadas as especificidades desse povo ao qual este estará em contato.

O Terceiro trabalho é uma dissertação “ Análise da Formação de Professores Indígenas em uma Escola Kaingang”; de autoria de Adriana Colling (2018), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, teve como objetivo deste estudo” Identificar os elementos da formação de professores Kaingang no Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhká Miguel que contribuem e os que dificultam a implantação da política nacional de formação de professores indígena nesta Instituição.

Colling (2018) ressalta que as pesquisas são unânimes em salientar a importância da formação de docentes indígenas a fim de que haja profissionais conhecedores da cultura da etnia que a escola atende, bem como também possuam os saberes que perpassam a atividade docente. As pesquisas estudam tanto a formação de professores em nível médio, quanto superior, reiterando sempre a importância da valorização dos saberes tradicionais neste processo.

Nesse aspecto traz a menção ao fato de que é possível perceber que no decorrer dos anos houve um aumento no número de professores indígenas. Contudo, ainda há muitos professores que não pertencem à etnia atuando em escolas indígenas, o que causa preocupação, visto que uma das prerrogativas para que as práticas das escolas indígenas se constituam como específicas, diferenciadas, interculturais, comunitárias e bilíngues é um quadro docente formado majoritariamente por professores pertencentes à etnia que a escola atende. Considerando o papel fundamental que os professores indígenas possuem na construção de escolas indígenas realmente comunitárias, específicas, diferenciadas,





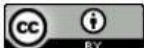
interculturais e bilíngues, direitos garantidos pela legislação, é fundamental que a formação destes profissionais esteja pautada por esses princípios (COLLING, 2018).

O quarto trabalho é uma tese “Políticas Públicas de Educação Escolar e a Formação de Professores Indígenas no Acre”; de autoria de José Alessandro Cândido da Silva (2015) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, o trabalho abordou análise uma das maiores e mais desafiantes políticas educacionais para a diversidade no Brasil, a política de Educação Escolar Indígena.

O autor considera que a partir de uma educação de qualidade e intercultural o aluno desenvolve o respeito e alcança o conhecimento de outras culturas, havendo a compreensão e a solidariedade entre os indivíduos das mais variadas etnias e segmentos sociais. Nessa conjunção a interculturalidade surge as políticas de educação escolar voltada para os grupos indígenas e a devida preparação de docentes indígenas nos mais variados Estados brasileiros assinalando um conjunto de propostas de convívio democrático entre distintas culturas, na busca de ter uma relação entre elas sem extinguir sua heterogeneidade, ao contrário, fomentar a potencialidade criativa e vital resultante das relações entre distintos agentes e suas respectivas conjunções (SILVA, 2015).

Entende-se que educação indígena diferenciada é aquela onde são contemplados os saberes formais e as outras diversas formas de ensino que fazem parte do sistema educacional de uma sociedade de maneira geral.

A escola em uma sociedade indígena deve ser diferenciada exatamente porque os valores e as necessidades educacionais dos povos indígenas são diferentes, e por isso sua educação deverá ou deveria ser diferente. Isso significa que o sistema educacional está subordinado aos interesses gerais dessa de cada comunidade. Em outras palavras, a educação faz parte das políticas que cada sociedade adota, em que busca a sua sobrevivência e continuidade de suas crenças, tradições e valores como língua, música, religião e outros (SILVA, 2015). Além disso, o autor destaca que se, historicamente, a escola foi um instrumento para estabelecer valores e práticas culturais ocidentais, que deveriam prejudicar e substituir o modo de ser dos povos indígenas, hoje, sugere-se que





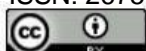
ela seja um ambiente em que se possam pôr em contato diferentes visões culturais, em que se promovam fusões e mantenha o respeito pela diferença.

O último trabalho é uma dissertação “ A Formação e contratação de Professores Índios e Indigenistas no Município de Guaíra, de autoria de Silvana Cafa Jangarelli (2017), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista, a pesquisa teve como objetivo “Identificar a existência do processo de contratação e formação de professores índios e indigenistas na rede Municipal e Estadual do Município de Guaíra, Estado do Paraná. A autora ressalta para que se tenha uma melhor compreensão acerca das políticas públicas de formação docente no Brasil, faz-se necessário, inicialmente, fazer uma abordagem sobre o que se entende por política pública e política educacional de uma forma mais ampla, para assim compreender a concepção de política de formação docente e, especificamente, as políticas direcionadas a formação de professores indígenas em nível nacional.

Grupioni (2016, p.36) acentua que os povos indígenas “têm buscado uma escola que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando-lhes acesso a conhecimentos necessários para um novo tipo de interlocução com o mundo de fora da aldeia”. Nesse sentido se reconhece a necessidade e a importância que sejam promovidos cursos pela rede estadual de ensino do Amapá, voltados para os professores índios que atuam nos anos iniciais para que estejam habilitados a trabalhar dentro de uma perspectiva intercultural.

Faz-se importante que nesses cursos sejam ressaltadas a “constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades, e atitudes, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de currículos e programas próprios, na produção de material didático e na utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa” (resolução CEB nº 3/99, Art. 7º). A formação do professor índio ainda implica a observância de um currículo diferenciado que lhe permita atender às novas diretrizes para a escola indígena.

Os estudos sobre as políticas de formação docente têm ganhado maior amplitude nos últimos tempos. Isso se deu, em grande parte, em virtude de a Educação como política





pública ter se redimensionado como fonte de pesquisas, sendo tida por muitos como processo de desenvolvimento emancipatório e autônomo que incorpora a ideia de percurso profissional. Assim, convenções, leis, decretos e parâmetros curriculares entre outros documentos normativos, têm sido considerados fontes de estudos, na tentativa de contribuir para uma discussão mais acurada acerca da educação contemporânea (COLLING, 2018).

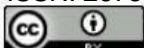
4 Considerações finais

A finalidade deste estudo buscou construir o Estado da Questão (QE) de investigações científicas a respeito das políticas públicas para a formação de professores indígenas a partir da análise de material coletado em produções da Plataforma da Capes, assinalando as contribuições que norteiam as políticas públicas no contexto educacional brasileiro.

A relevância deste estudo é reafirmada pelos documentos oficiais mencionados nos aportes teóricos, teses e dissertações, a importância da formação dos professores indígenas como princípio norteador de uma prática pedagógica bilíngue. Nesse sentido, o artigo apresentou resultado de uma pesquisa bibliográfica a partir de teses e dissertações publicadas nos anos de 2015-2019 e também com análise de documentos oficiais.

Portanto, de acordo com as legislações referentes a Educação Escolar Indígena e a capacitação de docentes indígenas é necessário a reafirmação da identidade étnica indígena. As políticas públicas devem ser parte constitutiva do conjunto de conteúdos destinados a cada situação específica de cada etnia. Dessa forma, a construção de propostas curriculares de formação que tenham sintonia com a realidade prática exige conhecimento dessa realidade e abertura de caminhos diferentes daqueles, por vezes, valorizados pela instituição acadêmica.

Nessa perspectiva, analisamos as produções publicadas e os documentos oficiais que defendem as linhas mestras para que a formação dos profissionais possam ocorrer, especialmente com destaque para documentos como a resolução CNE 05/2012 que





efetiva as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, o Referencial Nacional para a formação de Professores Indígenas (2000), além da Resolução CNE/CP 01/2015 que determina as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio.

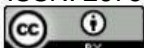
14

As produções analisadas remetem a necessidade de valorizar e compreender a cultura indígena historicamente construída, e de forma geral, todos os seus autores indicam a necessidade de se investir na formação de professores com o olhar atento ao domínio do que se convencionou denominar de bilinguismo associado a interculturalidade. O propósito dessa iniciativa consiste em adotar um conteúdo curricular que seja diferenciado que possa suprir as necessidades das comunidades indígenas com contribua para a formação plena dos sujeitos e que estimule o debate em torno do preciosismo linguístico com a valorização inequívoca a língua indígena e a elaboração do métodos e recursos didáticos e pedagógicos apropriados as demandas das comunidades indígenas.

Ao finalizar a pesquisa pode-se dizer que de modo geral os trabalhos analisados apontam que houve um aumento significativo quanto a formação de professores indígenas e ressaltam que os mesmos tenham uma formação especifica para a educação intercultural e bilíngue.

Embora os desafios sejam muitos, a pesquisa revelou que as políticas públicas educacionais, dentre as quais a formação de professores e as políticas de educação escolar indígena citadas nas teses e dissertações, remete-se a importância das políticas para o fundamentar o binômio teoria/prática.

As políticas para a formação de professores que atuam na Educação Indígena reconhecem que a tarefa docente é múltipla, tendo várias facetas: o professor é, ao mesmo tempo, administrador, gerenciador de suas ações, planejador, sistematizador, programador e avaliador. Também é orientador, buscando cada vez mais compreender a necessidade de ter intensa vida cultural e social participando de eventos necessários ao seu crescimento e profissionalização principalmente em relação aos recursos que as instituições educacionais dispõem. A importância da valorização profissional do professor





no âmbito das exigências de sua prática, as lutas e desafios enfrentados em salas de aula também precisam ser levados em consideração, o que reflete diretamente no processo de construção do ensino.

No aspecto relacionado aos saberes, entendemos que a prática pedagógica do professor possui lacunas, pois apesar do tempo de trabalho com esse segmento, ainda existe a necessidade de que o profissional amplie o saber que possui a respeito da organização didático-pedagógica, pois em muitos cotidianos escolares, observa-se que os conteúdos ofertados ainda se baseiam em práticas tradicionais que se limitam ao livro didático.

Em relação as práticas convêm ressaltar que o professor deve possuir a experiência necessária, para lidar com os alunos indígenas e suas necessidades específicas. Porém, a atuação de muitos professores pouco se baseia no conhecimento adquirido durante os anos de estudo, uma vez que muitos professores apesar de admitir a importância das políticas de formação, não tem tido a oportunidade de participar de cursos de capacitação, originários dessas políticas que os habilitem a aprimorar a prática pedagógica desenvolvida nas turmas pelas quais é responsável.

Finalmente, numa realidade multidimensional, é preciso constantemente reavaliar as políticas educacionais de formação e o papel *real* do docente tendo em vista que ele é o multiplicador de informações, possui conhecimento científico, mas também precisa conhecer as realidades dos seus alunos indígenas, pois na prática não se exige apenas o conhecimento adquirido nas graduações, mas também o conhecimento de mundo, uma prática reflexiva com base na didática humana, dinâmica, estimulante e reflexiva.

Logo importa destacar a necessidade do fortalecimento das políticas públicas específicas para formação dos professores indígenas, pois o EQ sinaliza a necessidade um melhor aprofundamento sobre a temática. Acredita-se, portanto, que o estudo realizado, as lacunas e os avanços reconhecidos se transformem em novas pesquisas.

Referências





ÂNGELO, F. N. P. de. A educação escolar indígena e a diversidade cultural no Brasil. In.: GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p 207-215. Bahia, Brasil, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 12. ed. Lisboa: Edições 7, 2004.

16

BERNARDI, L. T. M. S. **Formação continuada em matemática do professor indígena kaingang**: enfrentamentos na busca de um projeto educativo. 2011. 217 f. Tese. (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. SILVA, Luiz F. V. e. (org.). **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira**. Brasília: FUNAI, 2008.

BRASIL. Decreto nº. 6.861, de 27 de maio de 2009. **Dispõe Sobre a Educação Escolar Indígena, define sua Organização em Territórios Etnoeducacionais, e dá outras Providências**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 16 de dezembro de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe Sobre a Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25/04/2007.

BRASIL. Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. **Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-26-4-fevereiro-1991-342604-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 26, de 04 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a educação indígena no Brasil. SILVA, L. F. V. e. (org.). **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira**. Brasília: FUNAI, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação. SILVA, L. F. V. e. (org.). **Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira**. Brasília: FUNAI, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.





BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Inclusão no Currículo Oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

17

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação para Docentes Indígenas**. UFAC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394 de 1996.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Estatuto do Índio**, Lei 6001. Brasília, 1973.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**/Ministério da Educação, Secretaria Educação Fundamental. –Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CEB nº 03, de 10 de novembro de 1999. **Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências**. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena**. Cadernos de Educação Básica, Série Institucional, v. 02. Brasília: MEC, 1993.

CAVALCANTE, L. I. P. Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia. **Rev. Bras. Educação**, Rio de Janeiro, n. 22. p. 14-24, jan./fev./mar./abr., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf> . Acesso em: 08 jan. 2018.

COLLET, C. G. “Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico”. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: SECAD/MEC. 2006. p.115-129.

D’ANGELIS, W. da R. **Línguas indígenas precisam de escritores? Como formálos?** Campinas: Cefiel; Brasília: MEC, 2005.





D'ANGELIS, W. da R. Propostas para a Formação de Professores Indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. **Em Aberto**, v.20, nº 76, p. 34-43, fev. 2003.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

18

GOMES, M.P. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

GRUPIONI, L. D. B. **Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/SECADI, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. De A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 20. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2016.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. O estado da questão: aportes teórico-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, I. M. S., NUNES, J. B. C.; NÓBREGA-TERRIEN, S. M. (Orgs.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: UECE, 2010.p. 33-51.

RICARDO, C.A (org.). **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: CEDI, 1983.

SILVA, C. R. O. **Metodologia do trabalho científico**. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

TASSINARI, A. M. I. **Políticas públicas e educação para e sobre indígenas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, em Porto Seguro.

TERRIEN, J., & NÓBREGA-TERRIEN, S. “Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas”. **Estudos em avaliação educacional**, v.15, n.30, jul.-dez. 2004. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2148>. Acesso em: 30 out. 2020.





TROQUEZ, M. C. C; SILVA, M. G. da. Educação Escolar Indígena em Contextos Urbanos: da educação inclusiva à educação inter/multicultural. **Revista Práticas Educativas**. Disponível em: <http://ucdb.br/tellus/article/view/682> Acesso em: 22 out. 2020.

VASCONCELOS, V. R.V. A formação de professores indígenas e a oferta de cursos no CEFORR em Roraima. **Revista Educação e Formação**. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/professores-indigenas>. Acesso em: 22 out. 2020.

ⁱ **Maria do Socorro Sales Sfair**, ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4292-5549>

Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Educação.

Graduada em Pedagogia e Administração Educacional. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Pós-graduada em Gestão Escolar. Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Contribuição de autoria: Pesquisa, escrita e formatação do trabalho.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3993794443762329>

E-mail: sfairsocorro@gmail.com

ⁱⁱ **Norma Dias dos Santos Barros**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8266-3064>

Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado da Educação.

Pós-graduada em Gestão Escolar. Pós-graduada em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Contribuição de autoria: pesquisa, escrita e revisão ortográfica do trabalho.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4520709859094310>

Email: norma.barros2018@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Geandra Claudia Silva Santos

Como citar este artigo (ABNT):

SFAIR, Maria do Socorro Sales; BARROS, Norma Dias dos Santos. Formação de professores indígenas como políticas públicas: uma análise das produções realizadas 2015 a 2019. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 1, e316405, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.6405>

Recebido em 05 de março de 2021.

Aceito em 29 de abril de 2021.

Publicado em 30 de abril de 2021.

